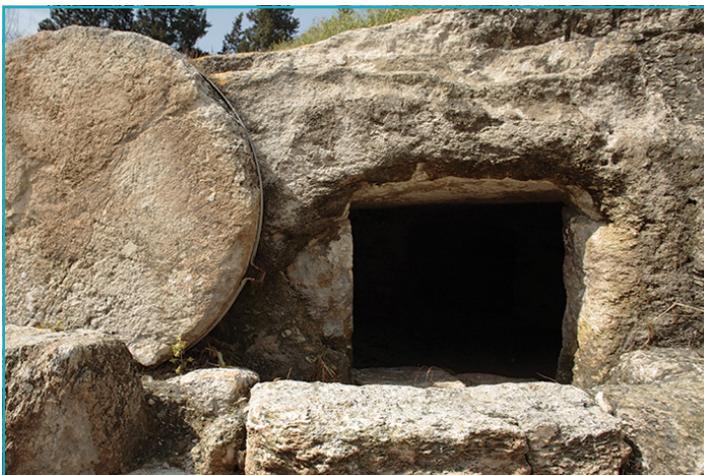


“Alegra-te, coração; teu Senhor ressuscitou”

John Webster



I

Aconfissão cristã da ressurreição abrange duas grandes questões: primeiro, que Jesus Cristo é aquele que vive, foi morto e agora vive para todo sempre (Ap 1.18), e, segundo, que juntamente com ele Deus “nos deu vida” (Ef 2.5). Esses dois elementos da confissão — sua cristologia e sua soteriologia — estão conectados, mas permanecem em uma sequência estrita e irreversível. É apenas porque Deus ressuscitou Cristo dentro os mortos que nós também possuímos novidade de vida; o que experimentamos e confessamos a respeito de nossa própria ressurreição é totalmente derivativo da realidade principal: “Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai” (Rm 6.4). No entanto, não conheceríamos a ressurreição de Cristo em sua plena abrangência se não considerássemos também sua extensão no reino das criaturas, seus efeitos e poder generativo.

II

O que dizer daquele que ressuscitou dentre os mortos?

Ele vive. Ele é “o primeiro e o último. Eu sou o que vive” (Ap 1.17f). A vida do

ressuscitado não é meramente a retomada de sua existência antes da Sexta-Feira da Paixão. Antes, é uma vida que manifesta sua eterna divindade: ele é vida. O Cristo ressurreto possui vida infinita, incendiada, a vida do próprio Deus. A vida criada é contingente e limitada; não surge de si mesma, mas é um dom de Deus, não pode por si mesma manter a si mesma e possui começo e fim. A vida do ressuscitado é vida divina. Ela tem seu fundamento inteiramente em Deus, reproduzindo a eterna relação entre Pai e Filho: “Pois assim como o Pai tem vida em si mesmo, assim também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26). A ressurreição manifesta o fato de que a vida do Filho de Deus é perfeita, sem começo ou fim, além de aumento ou diminuição, não sujeita a nenhuma corrupção, infinitamente plena e realizada. “Eu sou a ressurreição e a vida” (Jo 11.25).

Ele é presente. “[E] eu estou convosco todos os dias, até o final dos tempos” (Mt 28.20). Por sua ressurreição e seu completamento na ascensão, Cristo é exaltado ao domínio da realidade que lhe é próprio, aos lugares celestiais e à direita do Pai (Ef 1.20). Esse domínio é “muito acima” (Ef 1.21), a metáfora espacial indicando a diferença absoluta entre esse reino inciado e os lugares e eventos criados. Ainda assim, sua exaltação não significa ausência. Precisamente porque ele não é limitado por tempo e espaço criados, ele é presente sem restrições. O exaltado é onipresente. Sua “posição” celestial não é uma restrição ou inibição (“lá” e, portanto, “não aqui”), mas o fundamento de sua presença em todo tempo e em todo lugar.

Ele está presente por sua própria iniciativa, por sua própria capacidade ilimitada. Ele não está presente porque foi convocado pelo desejo, súplica ou imaginação das criaturas. Ele está presente em liberdade e bondade divina, ou seja, em graça, por sua própria provisão e autodoação amorosa. Tampouco é sua presença tal que o coloque ao dispor das criaturas. Sua presença é sempre um presente, não uma posse. Isso pode ser visto no caráter estranhamente fugaz de suas aparições após a ressurreição: “Então os olhos deles foram abertos, e o reconheceram; e ele desapareceu de diante deles” (Lc 24.31). O caráter evanescente de sua presença ressurrente indica não a fragilidade de sua realidade, mas sua espontaneidade transcendente, sua plenitude absoluta de vida incendiada que não pode ser contida.

Ele é radiante. “Seu rosto brilhava como o sol no seu fulgor” (Ap 1.16). O Cristo ressurreto compartilha da glória e do esplendor de Deus. Deus é em si mesmo luz e glória, e, portanto, radiante, pois sua glória é resplandecente, não

autocontida. O resplendor de Deus, que acompanha e ilumina suas criaturas, tem sua instância supremamente concentrada na encarnação do Filho; nele “a verdadeira luz, que ilumina a todo homem, estava chegando ao mundo” (Jo 1.9). No entanto, porque essa realidade luminosa “resplandece nas trevas” (Jo 1.5), seu resplendor não é reconhecido por criaturas que permanecem presas na escuridão. Há certa medida de ambiguidade na glória encarnada: a luz que é derramada pela profecia e paixão do Filho é contestada, ignorada ou rejeitada. “E o julgamento é este: A luz veio ao mundo, e os homens amaram as trevas em lugar da luz, pois suas obras eram más. Porque todo aquele que pratica o mal odeia a luz e não vem para a luz, para que as suas obras não sejam expostas” (Jo 3. 19-20). A ressurreição indica que um fim foi definido para essa ambiguidade. Ela ainda não apaga todas as trevas, mas dá início ao trabalho de dissipá-las e promete sua erradicação total. Em si mesmo de maneira irresistível e completamente radiante, o Cristo ressurreto irradia a luz divina, inaugurando e expandindo a todo tempo seu domínio, chamando as criaturas “das trevas para a sua maravilhosa luz” (1Pe 2.9), e convocando para si os “filhos da luz” que são “luz no Senhor” (Ef 5.8). “Porque Deus, que disse: Das trevas brilhará a luz, foi ele mesmo quem brilhou em nosso coração, para iluminação do conhecimento da glória de Deus na face de Cristo” (2Co 4.6).

Ele é eloquente. “[E] ouvi atrás de mim uma voz forte, como de trombeta... sua voz era como a voz de muitas águas” (Ap 1.10,15). Vivo, presente e radiante, o Cristo ressurreto fala, ele se dirige a nós. Sua palavra não é mais uma voz concorrente lutando para ser ouvida. É, antes, infinitamente autoritativa, incomparável, a voz que possui precedência sobre todas as outras. Ele é o primeiro falante, a Palavra divina. Ele não fala diretamente, mas indiretamente, através de seus embaiixadores, os profetas e apóstolos que ele nomeia, santifica, inspira e autoriza como seus arautos para levarem sua palavra aos seus semelhantes. Ao chamá-los para o seu serviço, Cristo não renuncia ao seu cargo de profeta, mas o exerce de modo instrumental e intermediado, para que o mundo não seja destituído da instrução divina. Ao falar dessa maneira, ele comunica a si mesmo: “eu sou o primeiro e o último” (Ap 1.17). Ele conforta e abençoa as criaturas: “Não temais” (Mt 28.10); “Paz seja convosco” (Jo 20.21). E ele comissiona e dirige aqueles que escutam sua voz: “Ide...” (Mt 28.19).

III

O que dizer sobre a segunda questão da confissão da ressurreição, sua extensão na vida das criaturas e sua efetividade *ad extra*? Vivo com vida divina, resplandecente e eloquentemente presente, o Cristo ressurreto se coloca em uma relação dupla com as criaturas: ele as governa e lhes concede uma parte de sua vida.

Ele governa. “Ele existe antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste” (Cl 1.17). Seu governo possui um aspecto duplo: seu senhorio e seu exercício no governo das criaturas, por meio do qual o bem delas é assegurado.

O Cristo ressurreto é “a cabeça de todo principado e poder” (Cl 2.10). Seu senhorio é incomensurável. Ele não é meramente um entre vários senhores, nem mesmo o mais poderoso. Seu governo é “muito acima de todo principado, autoridade, poder, domínio (Ef 1.21); ele é o Senhor, a quem todos os outros são relativos, mas ele mesmo não é relativo a ninguém. A ressurreição não concede esse senhorio a ele, fazendo-o adquirir e exercer uma nova soberania até então não possuída. A Páscoa manifesta aquilo que ele é e possui em virtude de sua eterna divindade: uma dignidade e posição eminentes e uma autoridade suprema, que são antecedentes e intrínsecas. Além disso, seu senhorio é tanto legítimo (porque surge e é exercido de acordo com a natureza e propósito justos de Deus) quanto infinito em seu alcance: “todas as coisas” estão “debaixo dos seus pés” (Ef 1.22).

Esse seu senhorio é exercido em seu bom governo de todas as coisas criadas. Como governante da criação, o Cristo ressurreto estabelece e ordena todas as criaturas, confirmando suas naturezas, mantendo-as e levando-as à plenitude. Dessa forma, seu governo é totalmente benevolente e benéfico, preservando, protegendo e aperfeiçoando seus súditos. Pelo exercício de seu bom senhorio, toda a ordem criada, “sujeita à inutilidade” e que “geme e agoniza” (Rm 8.20,22), é “libertada do cativeiro da degeneração” (Rm 8.21) e colocada no caminho da consumação. Sua ressurreição tanto causa quanto antecipa “novos céus e nova terra” (2Pe 3.13).

Ele é o doador da vida. “Ele vos deu vida” (Ef 2.1). O Cristo ressurreto comunica a vida que ele possui em si mesmo em sua relação com o Pai. Ele concede uma participação criatural em sua vivacidade a seu corpo, àquele grupo de criaturas humanas a quem ele se une em comunhão. Esse compartilhar de vida é a representação externa da bondade de Deus. É propriedade da bondade divina desejar e trazer à existência vida além de si mesmo, fazer com que outra realidade exista. A primeira performance externa disso é a obra da criação a partir do nada.

A segunda é a obra da reconciliação e regeneração, na qual Deus faz com que criaturas mortas tenham “vida juntamente com Cristo” (Ef 2.5). Estar “em” Cristo — receber essa distribuição infinitamente generosa de vida — é fazer parte da nova criação. Há também uma intencionalidade notável aqui, um direcionamento e concentração da qual o apóstolo testifica em Efésios: “Ele *vos* deu vida”. A renovação cósmica iniciada pela ressurreição possui também uma operação e aplicação inescapavelmente particular: *vós*.

IV

Dois pontos a título de conclusão...

Primeiro: como podemos saber que Jesus Cristo ressuscitou dentre os mortos e nós com ele? Sabemos em virtude da instrução divina e do exercício da razão fiel e regenerada.

A ressurreição do Filho de Deus é um mistério que acontece como um ato divino secreto, não observado e não observável. Não sabemos nada do que aconteceu na tumba; a passagem do Filho da morte para a vida é inteiramente oculta. Sua ressurreição não é mais um episódio na história do mundo. É um ato como o primeiro ato criacional de Deus, um ato que traz um mundo à existência, não um evento no mundo, mas a própria condição para que haja um mundo. Além disso, quando o ressuscitado se apresenta para ser conhecido, ele não o faz como alguém que ocupa um lugar no mundo da mesma maneira que nós o fazemos ou como ele mesmo escolheu fazer em alguma medida antes de sua morte. Como o ressuscitado, ele se apresenta de modo real, tangível, articulado, imponente, mas, não obstante, livre e autônomo. Ele se faz inesperadamente presente, ele se aproxima — vindo de uma distância infinita — e, de modo igualmente inesperado, desaparece de vista.

Porque o Cristo ressurreto é o Senhor de sua própria automanifestação, ele não é um objeto de conhecimento como qualquer outro. Não o conhecemos como poderíamos conhecer alguma realidade inerte da qual possamos fazer uma avaliação, nem mesmo como conhecemos outras pessoas que ocupam um lugar no mundo. Em ambos os casos, exercemos uma certa iniciativa cognitiva, trazendo essas realidades para o nosso campo de conhecimento. Não é assim com ele: ele se apresenta e detém a primazia em nosso conhecimento. Nosso conhecimento não é e não pode ser compreensão, como se estivéssemos “capturando-o” com a

mente; é, antes, um conhecimento cujo objeto é inesgotável, alguém que não pode ser limitado e contido pela inteligência criada.

Certamente, ele “apresentou-se vivo também a eles, com muitas provas incontestáveis” (At 1.3). Mas que tipo de provas? Não evidências ou garantias que são a matéria-prima para a razão onicompetente, mas sinais que conduzem a mente a uma realidade que é conhecida em fé e na confissão da fé: “Senhor meu e Deus meu!” (Jo 20.28). Como conhecimento da fé, o conhecimento do Cristo ressurreto tem como seu elemento objetivo a revelação divina (ele “apresentou-se”). Seu desenvolvimento subjetivo correspondente é a ensinabilidade, que emerge no curso da conversão das afeições e da vontade a Deus. Além disso, a docilidade (e com ela o conhecimento) aumenta à medida que passamos a viver em novidade de vida, abandonando paixões desordenadas e disposições mentais reprováveis, e acomodando-nos a boa ordem, clareza e paz da vida regenerada.

Segundo: Como esse ensino sobre a ressurreição deve ser “usado”? Que disposições e atos são exigidos de nós para que sua beleza e bondade nos beneficiem?

“Alegra-te, coração; teu Senhor ressuscitou” — dizia George Herbert. Beneficiar-se da ressurreição requer uma certa objetividade, uma atenção autoesquecida à pura realidade de que ele ressuscitou e que ele é “teu Senhor”. Contemplar — meditar atentamente — essa (sua) realidade é atentar-se para sua vivacidade e nossa inclusão em seu escopo e efeito. É conduzir mente, desejo e vontade para a nova ordem de realidade que ele instituiu e que abrange e governa nossas vidas. Tal contemplação é, no presente, imperfeita, frequentemente defeituosa, porque nossa regeneração ainda não foi plenamente concluída, e as realidades do pecado e da morte continuam a nos deixar perplexos, frustrados e muitas vezes oprimidos. Mas aqui somos ajudados pelo Espírito Santo que o ressuscitado envia em seu nome. Por meio de sua orientação, podemos começar a conhecer, amar e louvar aquele que em sua plenitude de vida e bondade nos alcança. E, por isso: alegre-se, coração.

Traduzido por Breno Nunes.

Texto original: [Rise, heart; thy Lord is risen](#). Reformation 21.



John Webster

Sobre o autor

(1955–2016) foi um clérigo e teólogo anglicano inglês que escreveu nas áreas de teologia sistemática, histórica e moral. Nasceu em Mansfield, Inglaterra, em 20 de junho de 1955, e foi educado na Bradford Grammar School e na Universidade de Cambridge. Após uma distinta carreira, ele faleceu em sua casa na Escócia em 25 de maio de 2016 com a idade de 60 anos. No momento de sua morte, ele era o Chair of Divinity no St. Mary's College, University of St Andrews, Escócia.